

se existem alterações necessárias, ninguém se manifestando, a ata foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, passou aos informes e colocou aos conselheiros que o MMA encaminhou a secretaria executiva um documento informando que 2010 é o Ano Internacional da Biodiversidade e as entidades que tiverem projetos voltados ao tema podem encaminhar os mesmos ao MMA que este estará divulgando-os. Colocou então aos conselheiros que entre os dias 05 e 07 de abril ocorrerá em Campo Grande uma capacitação do Projeto Sinergia, o qual é encabeçado pelo Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP que visa montar um grande projeto de pesquisa aplicado a política ambiental e orientado para o pantanal e que englobe todos os países integrantes desta bacia. Ponderou que participará desta capacitação representando o Estado e como foi disponibilizada mais uma vaga no mesmo, indicou a Secretaria do CEHIDRO, a qual também participará representando o CEHIDRO. Dando continuidade aos informes, colocou aos conselheiros que na última reunião a secretaria executiva ficou de dar uma resposta relativa a normatização dos conjuntos de moto bomba e turbinas, tema levantado pelo Sr. Elói. Informou então aos conselheiros que entrou em contato com a sra. Lilian Ferreira, Superintendente de Indústria, Mineração e Serviços da SEMA e a mesma concordou que deve ser feita uma normatização dos mesmos, ficando acordado que o CEHIDRO iria encaminhar uma proposta, colocando aos conselheiros que seria interessante se montar um grupo para discutir esta questão. Ponderou ainda que a participação do Sr. Elói Brandão seria fundamental, uma vez que ele tem maior conhecimento do problema levantando e já possui uma idéia de como pode ser resolvido o mesmo, além de ter conhecimento de campo. A conselheira Daniela Maimoni ponderou que talvez o Sr. Eloi Brandão não possa participar, uma vez que mora em outro município, e se ofereceu para substituí-lo, sendo sugerido que ele enviasse para ela o que ele pensou que acredita que deva constar nesta normatização, com o que ela concordou. O secretario executivo questionou então que entidades tem interesse em participar deste grupo de trabalho, ao que ABES, SEMA, ARPCA e IMADEA se candidataram e não ocorrendo nenhuma objeção foi formado o grupo, sendo ponderado pelo Secretario Executivo que a Secretaria do CEHIDRO iria entrar em contato com os conselheiros marcando a reunião para o mês de abril. Dando continuidade aos informes, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que ocorrerá a Pré-Conferencia Nacional das Águas no período de 23 a 25 de março, com abertura oficial no dia 23 as 19h. O objetivo da Pré-Conferencia é trazer a tona temas A conselheira Valquíria Azevedo questionou quem seriam os representantes nesta conferencia, sendo respondida pelo Secretario Executivo

69 que ele iria representando o órgão gestor e a Sra. Leonice Lotufo iria representando os
70 comitês de bacia. A conselheira Valquíria Azevedo colocou então que na reunião
71 extraordinária do CNRH que acontecerá nesta pré conferência será apreciada a minuta de
72 resolução nº 100, que define os procedimentos de indicação dos representantes do
73 Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos usuários e das organizações civis de
74 recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ponderou que já foi
75 ajuizada uma ação de inconstitucionalidade pelo IMADEA, porém a mesma será votada
76 no dia 23 de março, solicitando aos conselheiros que mandem e-mails se manifestando
77 contrariamente a mesma. A conselheira Susan Lannes ponderou que poderia ser feita
78 uma manifestação do CEHIDRO contra esta resolução, ao que o Secretario Executivo
79 complementou que poderia ser feita uma moção dirigida ao CNRH tratando deste
80 assunto. O conselheiro Fernando Bittencourt questionou se não precisaria ser
81 apresentada a minuta de moção para que a mesma fosse apreciada, sendo respondido
82 pelo Secretario executivo que pode ser feita uma moção geral contra a resolução, ao que
83 o conselheiro ponderou que não tem conhecimento do conteúdo da resolução em questão
84 para aprovar ou não uma moção de repúdio a mesma. A conselheira Valquíria Azevedo
85 colocou que poderia solicitar que a mesma fosse encaminhada por email, sendo
86 respondido pela Secretaria do CEHIDRO que não possuía acesso a rede no local da
87 reunião e que anteriormente a Plenária decidiu não aceitar manifestações ou
88 documentações encaminhadas por email no dia da reunião, não sendo possível aceita-la,
89 ponderando ainda que não foi dado conhecimento anterior da documentação aos
90 conselheiros. A conselheira Daniela Maimoni questionou se não poderia se considerar
91 aprovada a moção e os conselheiros que se interessarem se manifestarem por email, ao
92 que a Secretaria do CEHIDRO respondeu que o regimento interno não prevê este tipo de
93 manifestação, não sendo possível aplicá-la portanto. O conselheiro Décio Siebert sugeriu
94 que se voltasse a sugestão inicial dada pela conselheira Valquíria Azevedo, onde cada
95 conselheiro se manifestaria por email de forma contrária a esta manifestação se
96 concordasse com a conselheira. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos conselheiros que
97 é necessário se revisar o regimento interno de forma a se adequar a atuação do conselho
98 para estas questões que foram levantadas, devendo ser criado um grupo de trabalho com
99 esta finalidade futuramente. O Secretario Executivo passou a palavra a conselheira Josita
100 Priante, que questionou se poderia enviar a secretaria executiva do CEHIDRO editais
101 abertos de interesse na área ambiental para que a mesma os repassasse aos
102 conselheiros para conhecimento, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes, e

informou que existe um grupo de apoio a familiares que tem parentes com problemas de conduta, chamado Amor Eficiente, cujas reuniões são semanais no auditório da ETE Lagoa Encantada e abertas ao público em geral. O Secretario Executivo passou a palavra então a conselheira Daniela Maimoni que apresentou aos conselheiros o livro “Bacia do Rio Cuiabá – uma abordagem socioambiental”, destacando que esta doando uma cópia para o CEHIDRO e que o mesmo tem foco técnico científico e conta com diversos trabalhos sobre a bacia do rio Cuiabá, ponderando ainda que o mesmo é gratuito e quem tiver interesse em obter uma cópia pode entrar em contato com a Editora Entrelinhas, que foi quem publicou o livro, na Editora da UFMT, que foi quem editou o livro, ou na SEPLAN. O Secretario executivo agradeceu o livro e passou a palavra ao conselheiro Rivanildo Dallacort, o qual ponderou que será realizada entre os dias 22 e 23 de março no Centro de Eventos Pantanal a Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia, a qual contara com uma câmara técnica de mudanças climáticas, recursos hídricos e meio ambiente na qual será discutido tudo que afeta os recursos hídricos e ponderando que no final desta conferencia será produzido um documento que será enviado para a Conferência Nacional de onde sairão as políticas de investimento na área, sendo a política nacional de investimento um balizador para o governo direcionar os recursos, ponderando que quem tiver interesse em participar pode obter maiores informações na pagina da SECITEC. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que será comemorado na cidade de Lucas do Rio Verde o dia mundial das águas no dia 22 de março uma parceria com a SEMA/SURH e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, estando na mesma a SEMA apresentando a Política Estadual de Recursos Hídricos, com ênfase na outorga de direito de uso. Dando continuidade à pauta, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que o próximo item é a apreciação da minuta de resolução nº 33, que trata da criação da Câmara Técnica de Gestão Participativa e passou a palavra ao conselheiro Décio Siebert. O conselheiro iniciou colocando aos conselheiros que é necessário se discutir a importância da criação desta câmara técnica, ponderando que já se discute a criação de uma voltada ao acompanhamento da criação dos comitês de bacia, destacando que isto se deve principalmente ao fato de termos apenas um comitê de bacia, o qual foi criado devido a conflito de uso dos recursos hídricos para a irrigação nos córregos sapé e várzea grande. Ponderou ainda que no Plano Estadual de recursos Hídricos já foram identificadas bacias com um grande nível de criticidade, exemplificando que na bacia do rio Juba se possui uma serie de PCHs em seqüência, todas abaixo de 30 MW, o que faz com que elas possuam a dispensa do EIA/RIMA, embora causem um

137 grande impacto, o que poderia ser redimido pela existência do comitê na região.
138 Ponderou ainda que não se deve interferir apenas quando se tem conflito, mas buscar
139 trabalhar de forma preventiva, destacando que já existem elementos para se trabalhar em
140 cima disto, sendo a criação desta Câmara Técnica fundamental pois ela irá trabalhar de
141 forma a auxiliar a criação de comitês de bacia no estado. Colocou ainda aos conselheiros
142 que em Tangará da Serra foi realizada uma reunião e aprovada a criação da Comissão
143 para a criação do Comitê de Bacia do Rio Sepotuba. O Secretario Executivo
144 complementou ponderando que a função desta câmara técnica é basicamente nortear a
145 criação de comitês, e destacando que é importante não esperar o surgimento de
146 problemas para resolvê-los, mas sim trabalhar preventivamente de forma a ordenar o uso
147 dos recursos hídricos, o que vem a ser função dos comitês de bacia. A conselheira Susan
148 Lannes ponderou que para dispensa de EIA/RIMA era 10 MW no Maximo, em nova
149 legislação o valor foi para 30 MW, colocando ainda que para se ocorrer a dispensa de
150 EIA/RIMA é feita uma análise se a PCH em questão é de baixo impacto, e depois desta
151 análise que se encaminha a recomendação de dispensa de EIA/RIMA para o CONSEMA.
152 O conselheiro Décio Siebert ponderou que apresentou a questão em linhas gerais e que
153 sabe do cuidado para que seja concedido o licenciamento, destacando que também tem
154 conhecimento da esperteza dos empreendedores. O Secretario Executivo colocou que
155 esta se tentando fazer a integração dos Conselhos a muito tempo, tendo sido feita uma
156 explanação no CONSEMA sobre o tema, entretanto eles solicitaram que fossem
157 levantados mais temas a serem debatidos na câmara técnica que integraria os dois
158 conselhos, pois consideraram insuficiente o tema levado, que era a questão dos
159 Barramentos. A Secretaria do CEHIDRO ponderou que os conselhos possuem
160 competências distintas, entretanto existem interfaces na atuação dos mesmos,
161 principalmente porque meio ambiente e recursos hídricos estão ligados, e a câmara
162 técnica atuaria justamente nestas interfaces, limitando a atuação dos conselhos dentro
163 das suas respectivas competências. O conselheiro Fernando Bittencourt questionou como
164 era feita a criação de comitês de bacia antes da criação da câmara técnica de gestão
165 participativa, ao que o Secretario Executivo respondeu que o tema era discutido na
166 Plenária. E a criação do comitê aprovada por resolução. O conselheiro ponderou que esta
167 questionando este aspecto porque nem todas as entidades podem estar presentes na
168 câmara técnica, o que pode limitar a discussão, sendo respondido pelo Secretario
169 Executivo que as decisões são sempre tomadas na plenária, sendo na câmara técnica
170 discutidos os aspectos gerais da discussão, a qual apresenta aos demais conselheiros os

171 resultados da sua discussão. O conselheiro Fernando Bittencourt questionou então como
172 serão feitas as análises dos recursos administrativos citados entre as competências da
173 câmara técnica, sendo complementado pela conselheira Valquíria Azevedo que
174 advogados devem participar da câmara técnica para garantir que se siga o princípio da
175 legalidade, ao que a Secretaria do CEHIDRO ponderou que é função da Secretaria
176 Executiva do CEHIDRO verificar a legalidade das decisões, sendo complementada pelo
177 Secretario Executivo que as mesmas são verificadas junto a Subprocuradoria do Meio
178 Ambiente. A conselheira Josita Priante ponderou que o professor Alexandre Silveira
179 possui um projeto aprovado na FAPEMAT visando apoiar a criação de comitês de bacia,
180 destacando que as reuniões deste grupo são aos sábados e que o principal
181 questionamento levantado é relativo ao que é o comitê de bacia e quem deve se procurar
182 para se criar um. A conselheira Telma Monteiro colocou aos participantes que a criação
183 desta câmara técnica é fundamental para a SES, uma vez que auxiliara a discussão
184 relativa a qualidade da água consumida e existente nos rios junto a população. O
185 conselheiro Décio Siebert ponderou que as câmaras técnicas devem discutir temas com o
186 foco no aspecto técnico, sendo importante que as pessoas que participem das mesmas
187 tenham conhecimento técnico da área em discussão, conforme já foi abordado em
188 reunião anterior pelo conselheiro Antonio Vechiatto. O conselheiro Valnei Gueno colocou
189 aos conselheiros que é atualmente o presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos
190 córregos Sapé e Várzea Grande, mais conhecido como COVAPÉ, ponderando aos
191 conselheiros que é importante se criar esta câmara técnica pois criar um comitê e uma
192 tarefa difícil, salientando que o COVAPE demorou 3 anos para ser instituído, porém
193 manter o comitê funcionando é ainda mais difícil, complementando que é importante se
194 ter este apoio do Conselho e colocou que sua experiência junto ao comitê esta a
195 disposição da câmara técnica, destacando ainda que a criação de comitês de bacia é
196 importante devido a forte influência dos aspectos locais em determinadas situação. O
197 conselheiro Fernando Bittencourt questionou se as competências citadas na resolução não
198 estão muito amplas, englobando tudo relacionado a recursos hídricos, ao que foi
199 respondido pela Secretaria do CEHIDRO que as câmaras técnicas são criadas com as
200 competências atribuídas a elas de forma geral no regimento interno do CEHIDRO,
201 ponderando que desta forma não se limita a atuação da mesma, destacando ainda que a
202 câmara técnica só trata de assunto pertinente a mesma, não ocorrendo sobreposição de
203 competências entre elas. O Secretario Executivo colocou então em votação a Minuta de
204 Resolução nº 33, que trata da criação da Câmara Técnica de Gestão Participativa, sendo

205 a mesma aprovada por unanimidade e sendo escolhidos para integrar a mesma a SEMA,
206 IPAC, SANECAP, COMITE, UNEMAT, IMADEA, CREATIO, INAE, COORIMBATA e
207 UFMT. Dando continuidade à pauta, o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que
208 esta sendo discutido no Senado Federal um projeto de lei, sob o número 315/2009, que
209 trata da alteração do percentual destinado aos estados e municípios dos recursos
210 financeiros proveniente da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos
211 para geração de energia elétrica. Colocou ainda que atualmente 10% do recurso
212 arrecadado são destinados para a União, 45% para os municípios e 45% para os estados,
213 sendo que em Mato Grosso este recurso é rateado entre a SEMA, que fica com 50%,
214 SICME, a qual fica com 25% e a METAMAT, que fica com os 25% restantes e que o
215 projeto de lei de autoria do Deputado Chico da Princesa do PR do Paraná visa alterar o
216 percentual dos municípios para sessenta e cinco por cento, passando os estados a
217 receberem vinte e cinco por cento do valor total arrecadado, sendo que os municípios não
218 tem a obrigatoriedade que os estados possuem de aplicar este dinheiro na gestão de
219 recursos hídricos. Ponderou ainda que a Agência Nacional de Águas já se manifestou
220 sobre o assunto, onde o Presidente da mesma, Vicente Andreu, solicitou aos senadores
221 que derrubem o projeto de lei em questão, já aprovado pela Câmara, que redistribui os
222 royalties pagos a estados e municípios ponderando que a ANA é contra a mesma devido
223 ao fato que os estados investem este dinheiro em programas de recursos hídricos
224 enquanto os municípios não possuem esta obrigação legal. Colocou ainda aos
225 conselheiros que foi recebido um documento, o qual foi encaminhado por email aos
226 conselheiros, que solicita uma manifestação do CEHIDRO quanto a isto, sendo a
227 sugestão da Secretaria Executiva que seja aprovada uma moção com este mesmo texto
228 e encaminhada ao endereço citado no documento, sendo complementado pela Secretaria
229 do CEHIDRO que a solicitação fosse encaminhada com este texto para o endereço citado
230 por cada instituição. O conselheiro Décio Siebert ponderou que este será mais um
231 dinheiro encaminhado aos municípios que não será utilizado na gestão de recursos
232 hídricos, como ocorre com o ICMS ecológico atualmente. A conselheira Valquíria de
233 Azevedo ponderou que o dinheiro some quando entra na prefeitura e não se tem um real
234 controle da aplicação do mesmo. O Sr. Arquimedes Pereira Lima Neto ponderou que
235 pode ser vinculado o recebimento deste dinheiro ao envio através do conselho municipal
236 de meio ambiente, pois aí se terá uma idéia de sua aplicação. A conselheira Alessandra
237 Panizi colocou que nestes momentos é importante se lembrar que não possuímos um
238 Fundo Estadual de Recursos Hídricos, sendo fundamental conseguir a recriação do

239 mesmo como forma de fortalecer os sistema estadual de recursos hídricos como um todo,
240 o qual será fomentado por ele. O Secretario Executivo ponderou aos conselheiros que a
241 intenção do documento enviado ao CEHIDRO é que seja feito um documento padrão e
242 encaminhado ao endereço citado, sendo esta a sugestão da Secretaria Executiva,
243 colocando então em votação a aprovação de moção dirigida ao Senador Wellington
244 Salgado com o texto encaminhado ao CEHIDRO, sendo a mesma aprovada por
245 unanimidade. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que é interessante que este
246 documento não saia somente do CEHIDRO, e sugeriu que fosse encaminhado aos
247 conselheiros para que eles encaminhem as suas entidades para elas se manifestarem, se
248 assim acharem adequado. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que foi
249 solicitada uma manifestação do CEHIDRO também quanto a redistribuição dos royalties
250 do pré-sal entre todos os estados da Federação, sendo que o estado de Mato Grosso,
251 que atualmente não o recebe passaria a receber, sendo ponderado pela conselheira
252 Daniela Maimoni que o CEHIDRO não deve se manifestar, uma vez que e um patrimônio
253 nacional explorado por uma empresa pública e deve ser repartido entre todos os
254 brasileiros, o que foi aprovado por todos os conselheiros. Dando continuidade à pauta, o
255 Secretario Executivo passou a palavra a Sra. Eliana Rondon, a qual irá fazer uma
256 apresentação sobre o Centro de Referencia de Reuso da Água e ETE Lagoa Encantada.
257 Sra. Eliana Rondon agradeceu o espaço e iniciou sua apresentação colocando aos
258 conselheiros que o espaço da lagoa encantada foi criado a partir de uma manifestação
259 popular há cinco anos e atualmente se conseguiu realizar uma serie de melhorias no
260 mesmo, o que esta acontecendo em virtude de uma acordo de cooperação entre a
261 SANECAP e a UFMT, no qual a Bacia do Caju, onde se localiza a ETE é a bacia piloto do
262 Mestrado em recursos Hídricos da UFMT. Destacou que existe um projeto aprovado pela
263 Petrobrás cujo objetivo é criar o do Centro de Referência de reuso da água e aprovar
264 atividades de extensão, ensino e pesquisa dos parceiros envolvidos no grupo de amigos
265 da lagoa, apresentando as etapas do mesmo. Encerrou sua apresentação destacando
266 que o mesmo tem apresentado diversos frutos para a comunidade do entorno, a qual tem
267 participado de forma efetiva e direta no mesmo. O Secretario Executivo agradeceu a sra.
268 Eliana Rondon pela apresentação e ponderou que tanto a SEMA quanto o CEHIDRO
269 aprovam e apóiam este tipo de iniciativa. Dando continuidade á pauta passou a palavra
270 ao Sr. Arquimedes Pereira Lima Neto, o qual irá apresentar aos conselheiros o Pacto pelo
271 Rio Cuiabá. O Sr. Arquimedes iniciou a sua apresentação colocando que a fala dele vem
272 a complementar a fala da Sra. Eliana, uma vez que o pacto pelo Rio Cuiabá nada mais e

que um pacto entre instituições governamentais e não governamentais com a sociedade civil para a preservação do Rio Cuiabá através da recuperação dos tributários do mesmo situados em área urbana. Apresentou aos conselheiros as instituições envolvidas no Pacto, bem como a justificativa para o mesmo, suas etapas e ações desenvolvidas e projetos já implementados. Finalizou a sua apresentação ponderando que é difícil se implementar estas ações, porém deve-se empunhar estas bandeiras, e o Pacto pelo Rio Cuiabá vem no sentido de integrar as instâncias em torno de se construir uma política pública eficiente. O Secretario Executivo agradeceu a apresentação do Sr. Arquimedes e colocou aos conselheiros que devido ao adiantado da hora a resolução nº 100 do CNRH seria encaminhada aos mesmo por e-mail, para manifestação conforme solicitado pela conselheira Valquíria Azevedo. O conselheiro Décio Siebert pediu a palavra e colocou aos conselheiros que estamos em uma fase de transição política, entretanto é fundamental que os conselheiros busquem que a estrutura da SURH e do CEHIDRO, através da presença e manutenção do Secretario Executivo e Superintendente de Recursos Hídricos e da Secretaria do Conselho nos seus respectivos cargos, ponderando que a nossa política de recursos hídricos encontra-se ainda incipiente e que temos um Plano Estadual de Recursos Hídricos recém aprovado, e que a alteração da estrutura neste momento dificultaria muito a implementação do mesmo. Nada mais havendo a declarar o Secretario Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 12h 27min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

ALEXANDER TORRES MAIA
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 24/05/2010.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*